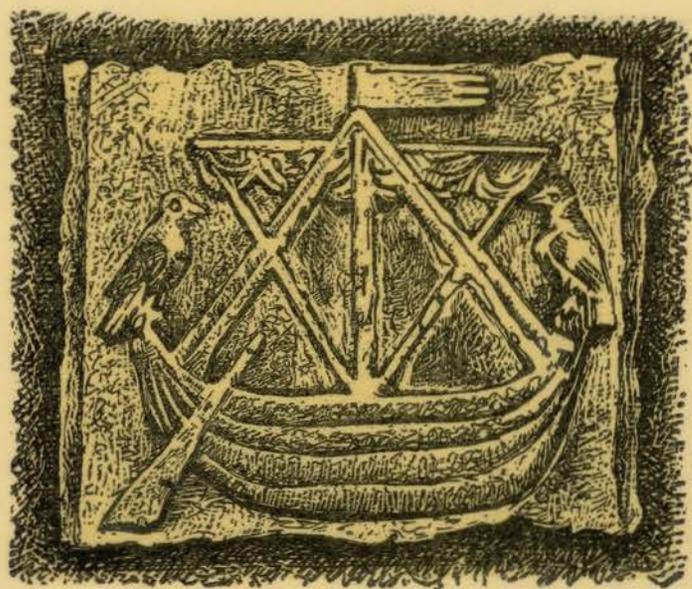


NORBERTO DE ARAÚJO

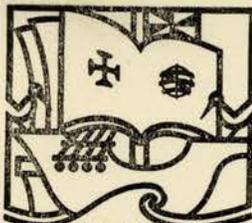
INVENTÁRIO DE LISBOA

Fascículo 3



Edição da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO
DE
LISBOA



**municipio
de cispoda**

ENCOP. ORAÇÃO
JUN. 1946

(M)

O - 1726

A.

INVENTÁRIO DE L I S B O A

por

NORBERTO DE ARAÚJO



R. Priv. nº ~~1508~~
R. 16385

Fasciculo III

C. M. L.

1 9 4 6

3

Capa de MARTINS BARATA
Ilustrações de J. ESPINHO
e CARLOS RIBEIRO
Fotografias de HORÁCIO NOVAIS

SUMÁRIO

Publicados:

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Tôrre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrêla, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cêrca Moura (século XII), Cêrca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assemblêia Nacional.

A publicar:

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras). — (No prelo).

A seguir:

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho e Folgosa — Casa dos Bicos.

FASCÍCULOS VI e VII — **Palácios e casas particulares.**

Sucessivamente:

O desenvolvimento do Sumário indicado no fascículo I.

(A ordem por que são tratados os vários capítulos do «Inventário» nem sempre poderá ser a que foi exposta na fôlha-sumário do fascículo I).

PAÇOS E PALÁCIOS NACIONAIS

Século XVII

PAÇO DE BELÉM
PAÇO DA BEMPOSTA

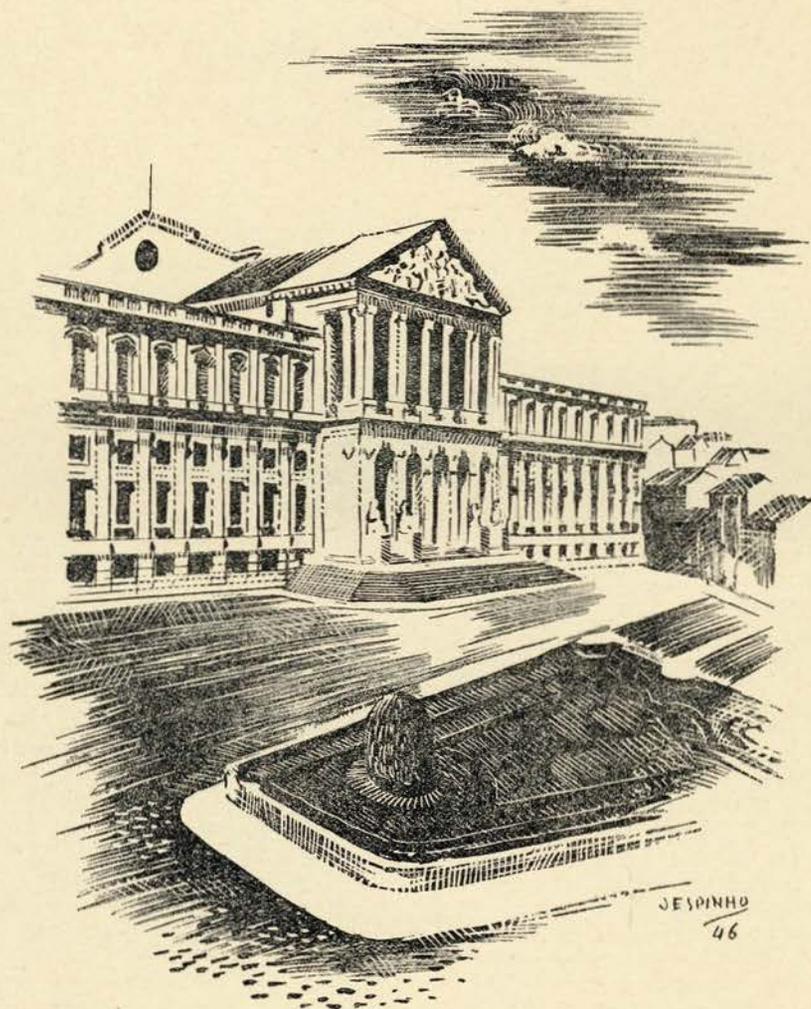
Século XVIII

PAÇO DAS NECESSIDADES

Século XIX

PAÇO DA AJUDA
PALÁCIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

PALÁCIOS NACIONAIS





PALÁCIO DE BELÉM

Século XVII

Núcleo primitivo	1559
Reedificações	Século XVII
Ampliação e reedificação	1726
Novas ampliações e restauros	1885 — 1903 — 1929

[Freguesia de Belém]

Breve notícia histórica

O Palácio Nacional de Belém data, de seu fundamento senhorial, do meiado do século XVI. Com efeito, os chãos onde se edificaram as primeiras casas, quasi à beira rio, constituíam um prazo foreiro aos frades Jerónimos, adquirido em 1559 por D. Manuel de Portugal, e ficando vinculado em morgadio dos Côrte-Reais. Constituía a Quinta do Outeiro das Vinhas. Em 1623 era proprietário da casa nobre e do seu grangeio rústico D. Luís de Portugal, sucessor na administração do mesmo morgado, vindo depois a propriedade a cair em sua sobrinha D. Joana Inês de Portugal, filha do 6.º Conde de Monsanto, depois 1.º Marquês de Cascais, D. Alvaro Pires de Castro, e de D. Maria de Portugal.

D. Joana casou com D. Luís da Silva Telo de Meneses, 14.º Senhor de Vagos e 2.º Conde de Aveiras (e assim a casa nobre de Belém caiu na família dos Aveiras), e a D. Luís sucedeu seu filho, D. João, 3.º Conde, que foi presidente do Senado da Câmara de Lisboa de 1702 a 1711. Durante o século XVII o solar recebeu reedificações, perdendo bastante do seu primitivo aspecto quinhentista, embora se mantivesse o núcleo principal. Foi àquêle fidalgo, D. João da Silva Telo de Meneses, 3.º Conde de Aveiras — que tantas obras úteis realizou na Cidade — que D. João V, em 1726, comprou por 200.000 cruzados a «sua quinta de Baixo do Conde Aveiras» e ainda outra, da mesma propriedade, contigua pelo Norte, a «quinta de Cima do Conde de Aveiras». Era na primeira que existia o solar arrabaldino que D. Manuel de Portugal fundara; pouco depois o soberano alargou a sua real propriedade, adquirindo outra quinta, mais a Norte daquelas, a D. Pedro de Vasconcelos e Sousa da Câmara, da casa dos Condes da Calheta, sobrinho e genro do Conde de Castelo Melhor, famoso ministro de D. Afonso VI, quinta na qual existia a casa nobre que foi o palácio do Pátio das Vacas, designação que subsiste.

D. João V fez engrandecer e transformar o palácio dos Aveiras, rodeando-o de magníficos jardins, um dos quais se chamou «Regius Hortus Suburbanus», do qual restam suficientes vestígios, em 1906 convertido em Jardim Colonial, ficando apenas uma pequena área a depender do palácio. A família real habitava no Paço — que já merecia esta designação — na manhã do Terramoto de 1755, que não danificou assinaladamente o edifício, embora D. José o abandonasse, apavorado, trocando-o por umas casas improvisadas no Alto da Ajuda. O Paço voltou a beneficiar de restauros em várias épocas, nomeadamente: no começo do século XIX, muito superficiais; em 1886 (arquitecto Rafael da Silva Castro), por ocasião do casamento de D. Carlos; em 1902-1903, depois de D. Carlos e D. Amélia, com os filhos já nascidos, irem habitar o Paço das Necessidades, destinando-se então o antigo solar restaurado, que dos Aveiras fôra, a visitantes de sangue real e a chefes de Estado, designadamente, Afonso XII (1882), Afonso XIII (1903), Eduardo VII, Guilherme II, Presidente Loubet (1906), presidente Hermes da Fonseca (1910), construindo-se então o palacete anexo sobre o Pátio das Damas (Rozendo Carvalheira e Frederico Augusto Ribeiro); e em 1929 (irmãos Rebêlos de Andrade) quando se esperava uma visita de D. Afonso XIII.

A Norte do palácio, e certamente como núcleo primitivo mais antigo, posto que desfigurado pelos restauros e acrescentamento de pavimentos, existe um anexo, chamado ainda a «Arrábida», que remonta ao tempo dos Condes de Aveiras, e no qual se dava albergue aos frades arrábidos que vinham a Lisboa, tradição a que D. João V pôs termo quando comprou a casa nobre de Belém.

A Nascente do Paço fez construir D. José, sob o risco de Jacome Azzolini, o «Picadeiro Régio», obra magnífica só completada no princípio do século XVIII, e convertida, em 1905, em Museu dos Coches, por iniciativa da Rainha D. Amélia.

De fundo quinhentista em transformação palaciana do século XVII, o Paço de Belém, a despeito da reedificação do século XVIII, não pode deixar de ser incluído, para efeito e por norma do «Inventário», na cronologia seiscentista.

No Paço de Belém residiram, nomeadamente, D. João V, D. José, D. Maria II, D. Carlos e D. Amélia. Quasi todos os reis, príncipes, e pessoas de sangue real, além dos já citados, que visitaram Lisboa, se hospedaram no Paço de Belém, desde a Rainha de Inglaterra, Adelaide Amélia, viúva de Guilherme IV (1839), ao Duque de Kent, irmão de Jorge V (1940).

Mais, talvez, do que qualquer outro dos vários paços reais existentes, este de Belém foi teatro de cenas da história política (a «Belenzada», por exemplo, a 4 de Novembro de 1836, simile da «Abrilada», sucedida no Paço da Bemposta a 30 de Abril de 1824). Depois da proclamação da República foi convertido em Palácio Nacional, residência presidencial; nêle habitaram alguns presidentes da República e se realizam as mais importantes cerimónias oficiais e conselhos de Estado.

INVENTÁRIO

O Palácio Nacional de Belém, irregular em planta, é constituído por três edifícios, núcleos distintos, posto que ligados e interdependentes: o palácio propriamente dito, o anexo a Norte, primitivo, conhecido pela denominação de «Arrábida», e o anexo a Nordeste, com acesso pelo Pátio das Damas, construção do começo deste século. O edifício do Museu dos Coches, desintegrado do palácio, do qual fez parte, é também uma construção do começo do século actual, ampliado para Norte, sobre a Calçada da Ajuda, nos últimos meses de 1942 e em 1943.

Para efeitos de Inventário há que assinalar o Exterior do palácio, com os pátios, o Interior com as suas salas, e ainda os Jardins, o que tudo ocupa uma área de 24.945^m².

PALÁCIO DE BELÉM



«SALA DAS BICAS»





Exterior

O Exterior, com o semblante primitivo de uma bela casa de campo, mas que se diminui, entre as manchas de verdura dos jardins, pela distância a que fica do alinhamento da Praça Afonso de Albuquerque, é defendido do arruamento desta praça por um muro alto da esplanada inferior do jardim, na qual, a centro, se eleva um pequeno corpo, ou pavilhão, adornado de varanda corrida adiante de três janelas, e rematado, assim como os muros laterais, e todos os muros do conjunto palaciano, por balaustradas de cantaria.

Pode o Exterior ser discriminado assim:

A **fachada principal**, que se conserva sensivelmente da traça primitiva (perdida a sua feição torreada quinhentista), voltada a Sul, sôbre o Jardim do Buxo, constituída por cinco corpos que se reentraem, sendo os dois extremos mais avançados, os dois intermédios levemente recuados, e o do centro, e mais alto, ainda mais recuado, formando o nível da frente dos três corpos interiores, em relação à linha dos dois extremos, um terraço, com guarda de balaustrada, servido por escadarias laterais de um só lanço, e no qual se patenteiam, nos muros entre as portas-janelas das salas, doze painéis de azulejo, monócromos (princípios do século XVIII), com guarnições, representando figuras da mitologia, sendo dois de dimensões maiores;

A **fachada do lado Nascente**, sôbre o Pátio das Damas, com portal simples e duas ordens de três janelas;

A **fachada do lado Poente**, sôbre o Pátio dos Bichos, na qual se abrem dois portais de modestas proporções, que dão acesso à escadaria principal, e se notam apenas três janelas de sacada de balaústres, que iluminam o patamar superior da escadaria;

A **fachada do lado Norte**, sôbre o Jardim da Cascata, sem pormenor digno de nota.

O **PÁTIO DAS DAMAS**, que abre por portal à esquerda do começo da Calçada da

Ajuda, na qual se ergue à direita (Norte) o anexo do Palácio (Secretaria da Presidência da República), ao fundo (Poente) a citada face lateral do palácio, e à esquerda (Sul) desce a rampa que nasce da Praça Afonso de Albuquerque, por portal integrado na fachada do Museu dos Coches;

O **PÁTIO DOS BICHOS**, com acesso pela rampa que nasce da Praça Afonso de Albuquerque, constituindo o muro do lado



direito dessa rampa o anteparo do Jardim do Buxo, e situando-se, à esquerda, o edifício da guarda do palácio, o «pátio das

equipagens», e um anexo dos serviços de secretaria do palácio; no *Pátio dos Bichos* assinalam-se: a fachada Poente, já referida, do Palácio, situada à direita; o fundo do Pátio, a Norte, cujo muro, de suporte do Jardim da Cascata, e rematado de balaustrada, é assinalado por oito bôcas gradeadas de antigas jaulas de feras (razão da denominação de Pátio «dos Bichos»), divididas,

ao centro do muro, por um tanque de fundo de rotunda; o muro da esquerda, no qual se rasga um largo portão de acesso ao Jardim da Cascata; e os muros, a Sul, ladeando a saída da rampa, num dos quais existe um portal para o Jardim do Buxo, e no outro portas de acesso para o edifício anexo, citado, dos serviços de secretaria da Presidência.

Interior

O Interior do Palácio de Belém, apenas com um pavimento nobre, pode ser sumariamente inventariado desta forma:

A **Escadaria**, de pequenas proporções, com dois lanços únicos nascendo dos portais do Pátio dos Bichos, e que se encontram no único patamar superior; neste patamar se rasga:

A **Arcaria** da Sala das Bicas, constituída por três arcos de volta redonda, de lioz, com ombreiras e os remates almofadados, no intervalo dos quais se rasgam dois vãos rectangulares; os arcos e os vãos são adornados de balaustrada de mármore, excepto o do centro que constitue o portal de acesso.

Entre as muitas **SALAS** e *câmaras* do antigo Paço cumpre destacar:

A **Sala das Bicas**, ou grande vestíbulo, que abre da citada arcaria; e nela: o chão de mármore, em mosaico de xadrez preto e branco; o *teto*, *apainelado*, revestido de pintura com grande alegoria central, e ainda com quatro *medalhões* nos lados da quadra, entre uma profusa composição ornamental de florões largos, patinada de ouro fôco;

duas bicas, lavradas em mármore — as quais dão o nome à Sala — com carrancas de leões, de mármore verde, sôbre pequenos tanques circulares; *oito bustos* de jaspe, representando imperadores romanos, sôbre mísulas de mármore de dois tons, em derredor das paredes e no vão das onze portas da sala, estas adornadas de reposteiros ainda com as armas do reino; silhares de *azulejos ornamentais*, policromos, setecentistas;

A **Sala Dourada**, *sumptuosa*, com teto apainelado, e nêle uma *pintura central* alegórica, e mais quatro em medalhões, envolvidas em ornatos de talha, patinada de ouro;

A **Sala Império**, ou «dos Presidentes», com mobiliário Império, e na qual se destaca o belo *teto* de pintura a fresco, tendo ao centro uma grande alegoria, e nela um retrato em busto de D. João VI, e ainda, na sanca, *medalhões* pompeianos e pinturas de figuração mitológica-marítima, tudo entre caprichosos ornatos de conjunto (as paredes desta Sala, forradas de tecido ada-

mascado, foram em tempos, revestidas também de pinturas); é nesta Sala que se encontram os *retratos*, a óleo, *dos Presidentes da República*: Dr. Teófilo Braga, Dr. Manuel de Arriaga, Teixeira Gomes, por Columbano (respectivamente, 1911, 1914, 1915), Dr. Bernardino Machado, por Martinho da Fonseca (1935), Dr. António José de Almeida, Dr. Sidónio Pais, Almirante Canto e Castro, e General Óscar Carmona, por Henrique Medina (1937 e 1938);

Sala Luís XV, de teto apainelado, com profusão de ornatos, e dois escudos armoriados, nas quadras dos topos, dos Braganças e Orleans (1886);

Sala do Conselho, antigo quarto da Rainha D. Amélia, com teto também apainelado, e estuques em relevo, engrinaldado e patinados de ouro;

Outras salas, de menor interesse, cujos tetos apainelados foram transformados em 1939; nomeadamente: o antigo *quarto de toucador* de D. Amélia, o *gabinete* de D. Carlos, actual *saleta de trabalho* do Presidente da República, o antigo *quarto de D. Carlos*, com simples ornatos de filetes dourados na sanca.

[As decorações destas salas são do século XVIII, restauradas ou totalmente transformadas na primeira década do século XIX, em 1886, 1909 e 1929, havendo desapare-

cido neste último ano as sobreportas e pinturas de Columbano e Malhoa, e muitas das talhas de Vítor Bastos, mas conservando-se ainda ornatos de Félix da Costa e de Cotrim; foram retirados também formosos fogões (século XVIII e XIX) que adornavam várias salas].

A **ARRÁBIDA**, anexo assim chamado desde o século XVII, o núcleo mais antigo do conjunto palaciano, restaurado em 1887 e 1903, destinado a aposentadoria de comitivas régias, e no qual se construiu um pavimento superior que foi «atelier» da Rainha D. Amélia; e, nêle: a escadaria dupla, que liga o anexo às salas do palácio e a uma galeria que nasce do Jardim da Cascata; um pedaço de antigo horto, ainda com seu tanque e alpendre; treze nichos, que circundam a «Arrábida» pelo exterior, cada um com um busto de mármore de figuras romanas;

A actual **Secretaria da Presidência**, anexo (1902-1903) com acesso pelo portal do Pátio das Damas, destinado a aposentos de comitivas régias estrangeiras; tem êste anexo três pavimentos, e a sua fachada, sôbre o Pátio das Damas, mostra duas ordens de oito janelas, abrindo-se no andar principal, entre elas, e acima do portal, uma varanda de dupla balaüstrada. As dependências não oferecem interesse de maior.

Jardins

Notam-se hoje apenas:

JARDIM DO BUXO, adiante da fachada principal do palácio, e cuja plantação remonta ao século XVIII, constituindo uma

esplanada, rodeada em tôdas as faces por balaüstrada, ornada de estátuas; e nêle: as alamedas desenhadas entre macissos de buxo; três *lagos pequenos* com grupos ornamentais ao centro (chumbo); mirante

sobre o pavilhão da Praça Afonso de Albuquerque, ao centro do qual se conserva uma mesa rectangular de mármore carcomido (século XVII); duas *esplanadas* in-



feriores, ao nível da Praça, e para as quais se desce por escadarias que nascem nos topos dos jardins;

JARDIM DA CASCATA, que é quanto resta, integrado no palácio, do «Regius Hortus Suburbanus» de D. João V, situado

a Norte do palácio; e, nêle: a dupla escadaria de dois lanços, que se desdobra a Poente do jardim; três pavilhões (estufas), rematados na cimalha por balaustradas ornadas de vasos e de estátuas, cada um com seus terraços exteriores de tríplices arcarias, e com seis nichos nos ângulos, nos quais sôbre plintos acima de tanques circulares se elevam outras tantas *estátuas* de mármore ao gôsto italiano, sendo o pavilhão do centro, mais recuado e sobrepujado de pedra de armas do reino (D. João V), assinalado por uma *cascata* em rotunda, na qual se abriga uma *estátua*, de Hércules dominando a hidra das sete cabeças; duas *estátuas*, de mármore, colocadas, provisoriamente, nos remates extremos da balaustrada sôbre o Pátio dos Bichos, assinadas por Ignatius Peschiera, Génova, sem data, mas evidentemente do final do século XVIII, as quais teriam sido destinadas à Basílica da Estrêla, e que representam Santo António e Santa Teresa (estas esculturas foram encontradas num esconso do Pátio dos Bichos pelo Presidente da República, Teixeira Gomes, que as mandou limpar e colocar neste lugar até lhe ser dado outro destino).

(Ver, na sua altura, «Museus», para efeito de Inventário do edifício do antigo Picadeiro, hoje Museu dos Coches).



PALÁCIO DE BELÉM



Fachada sul sobre os jardins



Jardim da Cascata



PALÁCIO DE BELÉM



«Pátio dos Bichos» e fachada Nascente do palácio



Arcaria de entrada da «Sala das Bicas»



PAÇO DA BEMPOSTA

(ESCOLA DO EXÉRCITO)

Século XVII

Fundação	1694
Reedificação	concluída em 1793
Adaptações e restauros	1851 e Séculos XIX e XX

[Freguesia dos Anjos]

Breve notícia histórica

O antigo Paço da Bemposta — Paço da Rainha — é uma construção nobre palaciana de relativa opulência inicial, construída no final de século XVII, mas já sem o sentido exterior arquitectónico daquele período. Deve-se à Rainha D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV, viúva (1685) de Carlos II de Inglaterra, que, ou por aborrecida da corte inglesa ou por saudades da pátria, regressara a Portugal em 1693, habitando sucessivamente vários palácios (o real do Calvário, o dos Condes de Redondo a Santa Marta, o dos Condes de Soure ao Bairro Alto, o dos Condes de Aveiras em Belém); decidida a ter casa sua, comprou, principalmente ao genro do contador mór Luís Pereira de Barros, largos terrenos, com quintas, hortas e azinhagas no sítio da Bemposta (campos), não longe de onde corria a Carreira dos Cavalos. Em 1694 começou a construção do seu Paço com amplitude e de boa traça, rodeado de cerca e jardins, nêle habitando já em 1702.

Por sua morte (último dia do ano de 1705) a propriedade foi herdada por seu irmão D. Pedro II, passando assim para a Corôa, até que D. João V, em 1707, dela fez doação à Casa do Infantado, em favor de seu irmão o Infante D. Francisco, que no Paço residiu; por morte do Infante, em 1742, transitou aquela casa régia para um seu filho legitimado, D. João «da Bemposta», que nela habitou, embora não houvesse herdado os bens da Casa do Infantado.

O Terramoto de 1755 causou grandes estragos no Paço e na sua rica «capela real», quâsi totalmente destruída, procedendo-se então à reedificação do edificio, a qual se prolongou pelo resto do século, custeada pela Casa do Infantado; o que existia na Bemposta com o sentido arquitectónico seiscentista passou a ter um semblante setecentista, que hoje transparece no exterior. Neste Paço, teatro de deploráveis cenas políticas (a «Abrilada», por exemplo), e também de esplendores da corte, habitaram D. João VI, D. Miguel, quando rei, as infantas e D. Pedro IV. Pela abolição da Casa

do Infantado em 1834, o palácio da Bemposta entrou nos bens da Corôa, mas D. Maria II doou-o à Nação e em 1850 o antigo «Paço da Rainha» D. Catarina foi entregue ao Ministério da Guerra, com destino à Escola do Exército, que o ocupou em 1851 após obras de adaptação; a Escola estivera até então no Palácio dos Condes de Murça a Santo António dos Capuchos, depois de haver percorrido inúmeras sedes. Os terrenos rústicos foram cedidos ao Instituto Agrícola, e uma parte foi mais tarde absorvida pelo Hospital de D. Estefânia e pela urbanização do bairro. Desapareceram assim as quintas e grangeios dos «Campos da Bemposta», ficando a propriedade reduzida ao Palácio, no qual avultava a Igreja, reconstrução, como ficou dito, da segunda metade do século XVIII (Manuel Caetano de Sousa), mas o próprio palácio, em virtude da adaptação a escola militar, sofreu restauros, transformações e acréscimos utilitários que, em absoluto, o desfiguraram, tirando-lhe todo o carácter nobre que só no exterior perdura. Em rigor, é citado neste capítulo apenas pela expressão histórica, que hoje não corresponde a qualquer realidade artística, se exceptuarmos a Capela.

INVENTÁRIO

No conjunto do edifício, que foi Paço da Bemposta ou «da Rainha», e cuja área coberta é de 13.230^m², para uma área total de 78.100^m², há a considerar apenas:

O **EXTERIOR**, constituído por dois corpos, de extensão diferente, e uniformes de traça, que ladeiam o grande corpo central da frontaria da Capela, sobranceiro em altura e perspectiva, e nêle:

O corpo do lado Poente, com seis janelas de varanda no andar nobre, e quatro no andar baixo, com duas portas nas extremidades;

O corpo do lado Nascente, com dezasete janelas de varanda no andar superior, e doze, em seqüência no andar inferior, e nêle:

Os dois portais nobres do século XVII, idênticos na traça arquitectónica, guarnecidos de cantaria, e sobrepujados de composição escultórica, na qual avulta o brasão da Rainha D. Catarina, com as armas de Portugal e de Inglaterra, ladeadas por um leão e um cavalo.

A Frontaria da Capela, constituída por um corpo central, e dois laterais, levemente recuados, coroados estes de platibanda, e nela:

A escadaria, elegante, guarnecida de balaustrada desdobrada em dois lanços que se ligam na altura do átrio superior;

As portas de ingresso no átrio, constituídas por arcos de volta redonda, simples;

A varanda central superior ao átrio, em contra curvas de balaustrada, e que acompanha três janelões guarnecidos de cantaria, sendo o do centro mais elevado, e sobrepujado de brasão com as armas do Reino;

O tímpano superior, com baixo relêvo de pedra lioz, representando dois serafins em adoração à Virgem, obra de Joaquim de Barros Laborão;

O átrio, no qual avultam duas esculturas de mármore, representando Santa Isabel e S. João Baptista, obras de José de Almeida, concluídas por Barros Laborão.

No INTERIOR do que foi o Paço da Bemposta há a considerar sômente:

O Átrio, totalmente reconstruído no século passado, e transformado em 1918-1920; e nêle:

O teto, de cimento revestido de estuque, aos caixotões imitando hábilmente madeira de carvalho; os sete painéis de azulejo (Jorge Colaço, 1918) que guarnecem totalmente as paredes, na parte superior, sôbre frisos polícromos decorativos com emble-

mas militares, e representado, em quadros de conjunto e figuração, as armas de artilharia de costa (Oeiras), artilharia ligeira, infantaria, cavalaria, engenharia, administração militar e estado maior; oito portas, duas em cada face do retângulo, com sobreposições arquitectónicas (1920);

Um *busto* de bronze, do Marquês de Sá da Bandeira (Raúl Xavier, 1937), sôbre plinto de mármore de Vila Viçosa, peça colocada no átrio em 1937, centenário do nascimento daquele reformador militar.

A CAPELA, sem culto, restaurada e limpa em 1944, muito bela na sua talha dourada setecentista, rica de pintura; e nela:

Seis *capelas* na nave, sendo uma a do Santíssimo, reintrante e espaçosa; *teto da*

nave, com pinturas arquitectónicas de Pedro Alexandrino, Mário de Oliveira e Manuel Macário; *capela mor*, com teto de boa pintura, ostentando-se no altar mor um *quadro* muito curioso e discutido, que representa, no primeiro plano, o Príncipe Regente, depois D. João VI, D. Maria I, D. Carlota Joaquina e outros personagens régios, pintura atribuída ao inglês F. Hickey (1793), e no segundo plano N. Senhora da Conceição, padroeira do Reino e da Capela, pintura do italiano José Trono (1785); corredores que acompanham uma das faces do templo e envolvem a capela mor, revestidos de bons *painéis de azulejo* policromo.

[O Inventário mais completo da Capela da Bemposta será feito no capítulo «Igrejas e Ermidas»].



PALÁCIO DA BEMPOSTA



Fachada do Paço da Bemposta ou Paço da Rainha



Átrio dos azulejos na Escola do Exército (Paço da Bemposta)



PALÁCIO DAS NECESSIDADES



Pórtico da Capela, vendo-se o pináculo da Torre



Fachada do Palácio das Necessidades

PAÇO DAS NECESSIDADES

Século XVIII

Fundação 1743
Restauros e transformações 1836 e 1886

[Freguesia de Alcântara]

Breve notícia histórica

Deve-se a D. João V o Paço das Necessidades, hoje Palácio Nacional, e sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desde 1607 que existia neste sítio do Alto de Alcântara uma ermida da invocação de N.ª Senhora das Necessidades, cuja irmandade foi constituída por marítimos da carreira da Índia. Meio século depois (1659) Pedro Castilho, servidor de D. João IV, comprou umas casas contíguas à Ermida, ampliando o piedoso sacelo das Necessidades; no meião do século XVIII a Ermida e um largo prazo de terreno da Lapa (ou Cova) da Moura e da Ribeira de Alcântara pertenciam a um descendente daquele Pedro Castilho, Gaspar (ou Baltasar) Pereira Lago de Castilho. Foi a este que o Rei D. João V, que atribuiu a intercessão da Senhora das Necessidades a cura de uma grave doença (1742), comprou terrenos e casas com o triplíce objectivo de erguer uma nova igreja condigna, de edificar um paço real e de construir uma grande casa para os padres da Congregação do Oratório. O architecto Caetano Tomás de Sousa traçou o projecto, ficando a Igreja de N.ª Senhora das Necessidades integrada no Paço, e este contíguo ao convento e à sua larga quinta. As obras principiaram logo em 1743 e estariam concluídas em 1750.

O irmão de D. João V, infante D. Manuel, aventureiro militar da Europa, dado como pretendente ao trono da Polónia, e que regressara à Pátria em 1734, foi o primeiro morador do novo Paço, ainda que por pouco tempo, e depois o seu irmão D. António. Até D. Maria II, porém, os soberanos não residiram senão eventualmente nas Necessidades, servindo este Paço para hospedar príncipes estrangeiros (o príncipe de Gales, depois Jorge IV, por exemplo, e seus irmãos) ou algum infante da Casa de Bragança. D. Maria II é que fez das Necessidades residência habitual, assim como D. Pedro V e D. Estefânia (que nelle morreram), D. Manuel II, que no Paço assistia quando da revolução de 3 de Outubro de 1910. (D. Luís e D. Maria Pia habitaram o Paço da Ajuda).

Neste Paço, no qual já no actual século se hospedaram monarcas estrangeiros, e se realizaram importantes cerimónias da Côte, foi inaugurada, e instalada na Sala das Juntas dos Três Estados, a Academia Real das Ciências (1780-1791), e se efectuaram as sessões das primeiras côrtes extraordinárias (Janeiro de 1821).

Proclamada a República, o Palácio das Necessidades, como outros paços reais, entrou no património da Nação; esteve alguns anos encerrado até que em 1916 para elle se transferiu da ala Nascente da Praça do Comércio o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Interiormente, nas salas e mesmo nos pátios, foi, em várias épocas, o Palácio beneficiado, restaurado e transformado, nomeadamente em 1836 quando do casamento de D. Maria II com D. Fernando, cujas iniciais subsistiam entrelaçadas em muitos motivos decorativos, e em 1886 quando do casamento de D. Carlos com D. Maria Amélia de Orleans. Pode afirmar-se, porém, que a estrutura do Palácio é a original, pois o Terremoto de 1755 nenhuns danos lhe causou. De 1910 até à data variaram, porém, quasi totalmente, as utilizações das salas e câmaras, adaptadas a repartições e gabinetes, sendo o recheio substituído e realizadas algumas transformações decorativas.

A capela não tem culto desde 1910 e muitas das suas alfaias e imagens encontram-se no Palácio da Ajuda, em depósito. A antiga «Casa Forte das Necessidades» onde se guardava o «Tesouro», está vazia, havendo sido transferidas as suas preciosidades de ourivesaria para o Museu de Arte Antiga.

INVENTÁRIO

No Palácio das Necessidades há a considerar, em primeiro lugar, o

Exterior

No **EXTERIOR** do Palácio das Necessidades anota-se:

A **Frontaria**, sôbre o Largo das Necessidades, em três corpos de edifício, contínuos, adornados de vinte e quatro janelas de sacada, coroadas de ática; e nela, como parte integrante, a frontaria da **Capela**, da qual avança:

O **pórtico**, aberto por três arcos laterais entre quatro colunas, e por dois arcos laterais, e, nêle, um vestibulo ou galilé:

O **tímpano** da sobreporta da capela, representando em alto relêvo N.ª Senhora das Necessidades;

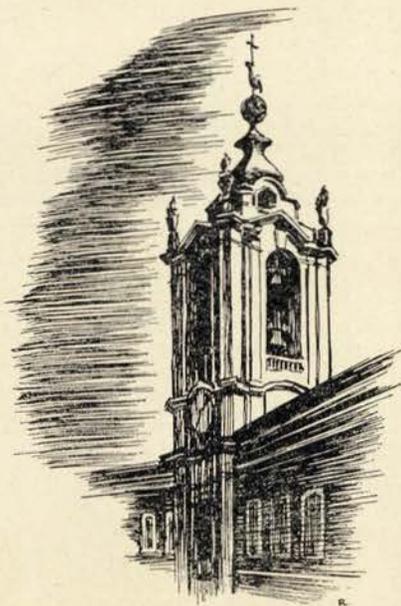
Dois estátuas, de mármore, em nichos que ladeiam a porta, representando a da direita S. Paulo, escultura atribuída a José de Almeida (rubricada *Lusitanus fecit*) e a da esquerda S. Pedro, obra de Alexandre Giusti (1753 — rubricada A. I. R.);

O **terraço** sôbre o pórtico, guarnecido de balaustrada, e nêle, ao fundo, ladeando a janela iluminante da Capela, *duas estátuas*, representando S. Filipe Nery e S. Francisco de Sales, esculturas do mesmo Giusti;

A **Fachada lateral**, a Poente do edifício, com dez janelas de sacada no andar nobre, e que começa a partir do grande arco de

cantaria que abre a passagem posterior que separa o palácio do antigo convento; e nela:

A **Tôrre**, em estilo baroco, com quatro ventanas sineiras, adornada nos remates



dos prumos angulares por fogaréus, coroada de grimpa e rematada, em bronze, por um galo sôbre esfera; à altura do andar nobre

rasga-se uma janela, coroada de atica, com varanda (obra de Caetano de Sousa).

(Ao fundo da serventia, contida do lado Nascente pela fachada lateral do Palácio e do lado Poente pelo muro da Tapada das Necessidades, antiga quinta dos Oratorianos

e depois de 1834 Tapada Real, rasga-se um portal, rematado por uma composição com as armas reais de D. João V, que correspondia ao da Portaria conventual, e hoje serve as repartições do Governo Militar de Lisboa, instaladas no antigo Convento).

Interior

No **INTERIOR**, transposto o *arco de volta* de cantaria, no segundo corpo da fachada principal, anota-se:

O *primeiro corredor*, com abóbada quadriculada em dois tramos, apoiada sobre dois renques de colunas e pilares, e nêle, nos tópos, em nichos, *duas estatuetas* de mármore, representando o Outono e o Inverno;

O *pátio central*, ou *das palmeiras*, quadrangular regular que desafoga as faces interiores das alas do palácio, com oito janelas de andar nobre em cada uma das faces laterais e quatro na face Norte, e neste pátio: nos topos, em nichos que ladeiam o arco de volta abatida do primeiro corredor, outras *duas estatuetas* representando a Primavera e o Outono, sobrepujados os nichos de ornatos emblemáticos reais sobrepondo o *M* e o *F* (D. Maria II e D. Fernando); o fundo Norte do pátio é constituído por três arcos, sendo dois laterais envidraçados, e um central, aberto para:

O *segundo corredor*, ou *ante-átio*, coberto por abóbada de três tramos; nêle se abrem, uma de cada lado:

As *Escadarias*, similares, em dois lanços quebrados, que conduzem à *galeria*, cada uma delas revestida, nas paredes, de grandes composições estilizadas de arbustos, em painéis contínuos de estuque de relêvo, com motivos heráldicos e panóplias, e, no teto, de quadriculados de roseta, também de estuque;

A *Galeria*, caracterizada por três arcadas em série distanciada, apoiadas em colunas de madeira dourada, caneladas e quadrigeminadas, com capitéis dóricos.

Das **SALAS**, que se distribuem irregularmente pelas alas Norte e Sul, anota-se como mais dignas de merecimento as principais do andar nobre:

Na ala Sul:

Sala dos Embaixadores (antiga *Sala de jantar*), com teto a claro escuro, embelezado com pinturas de ornato delicado, flores e figurinhas, na qual se abrem oito portas, com frisos dourados e sobrepostos com pinturas estilizadas de frutos;

Sala antiga de Fumo (que antecede e dá passagem, sob uma tribuna, ao Salão de jantar de gala), cujas paredes revestidas de madeiramento de fôrro estão desguarnecidas, vendo-se apenas numa delas uma *tapeçaria* com as armas reais, e em cujo teto se rasgou uma desluzida clarabóia iluminante;

Salão de Jantar, de gala, ou **de Recepção**, rectangular, que se continua da Sala do Fumo, através do vão de uma tribuna alta e larga, ou côro, destinada a orquestra, apoiada em quatro pilastras douradas, guardada na remate por grupos escultóricos alegóricos, de madeira, e ainda sobrepujada por armas reais, sendo idênticas as duas faces; o grande Salão que abre por quatro

portas para os jardins do palácio, é caracterizado por decoração rica, na qual predominam estuques dourados e em relêvo, quer no teto, do qual pendem dois lustres, e na sanca, quer nas paredes, nas quais se vêem duas *tapeçarias* largas;

Ante-câmara amarela, com portas guarnecidas de pintura em coroas de grinalda sobrepostas, e teto de estuque em relêvo;

Sala dos Secretários, antiga de aposentos da Rainha, cuja decoração se caracteriza por estuques, em tons de oiro.

Gabinete do Ministro, antigo *Quarto da Rainha*, com portas de ombreiras de mármore rosa, teto de ornatos também de estuque em relêvo patinado de oiro; nesta dependência se mantém um fogão de mármore.

Na ala Norte do palácio, anotam-se:

Sala de Espera, antiga *Sala dos sofás verdes*, com fundos de parede em placas de estuque imitando mármore verde, com portas e sobreportas de guarnição dourada, e teto na mesma característica de relevos em estuque patinado;

Sala antiga de Bilhar, com pinturas em estilo pompeiano, que se nota nas decorações murais e do teto; nesta Sala, dividida por tabiques para efeito de serviço de repartições, vê-se, na parte que faz corredor, um fogão de mármore em estilo Renascença;

Sala Azul, na qual predominam as decorações em estuques de relêvo dourado, tendo no teto, em emoldurações, armas reais e trofeus, e sendo a sanca envolvida por estilizações de florões contínuos;

Sala do Trono, e nela: o teto, em retângulos de estuque em relêvo, dourado, intervalado com pinturas ornamentais, em

miniaturas e camafeus, com uma grande pintura central, a óleo, alegórica na figuração; sobreportas guarnecidas de talha dourada, com pinturas representando meninos alados, sustentando em almofadões vermelhos a coroa real;

Sala do Protocolo, antigo *Quarto de D. Carlos*, caracterizado por formoso revestimento em madeira de talha de carvalho, estilo Renascença (Frederico A. Ribeiro, 1905), que espande nas portas, silhares, no teto em quadriculados geométricos, e nas sobreportas ladeadas por pilastras.

Galeria da antiga biblioteca real, cuja decoração é também de boa talha de carvalho, no estilo Renascença;

Sala de Trabalho, antiga, contígua à galeria, guarnecida também de talha de carvalho, e, nela um *armário* de pau santo, com colunas salomónicas trabalhadas (peça adquirida pelo Rei D. Fernando);

Sala da Biblioteca (por a tal haver sido primeiramente destinada por D. Carlos, muito bela em todo o seu revestimento de madeiras nobres, em talha da Renascença, e na qual avultam: os silhares de guarnição, ao longo das paredes, com magnífico trabalho de goiva; o teto, em caixotões simétricos, e, sobretudo, o *friso* que acompanha a sanca, constituído por peças contínuas de motivos decorativos, em talha. [Tôda a obra de talha desta Sala foi adaptada por Leandro Braga, e parte dela foi adquirida pelo Rei D. Carlos ao Marquês da Foz, entre esta a que decorou a demolida (1878) «Sala dos Reis» do Mosteiro dos Jerónimos, e que aquele titular comprara em primeira mão].

(Outras salas e câmaras tem ainda o Palácio das Necessidades, menos merecedoras de citação. O jardim não oferece interesse).

PALÁCIO DA AJUDA

Século XIX

Fundação. 1802

[Freguesia da Ajuda]

Breve notícia histórica

No começo do segundo quartel do século XVIII existia no Alto da Ajuda uma casa nobre, de habitação real, arrabaldina, de nenhum modo com carácter de paço destinado a residência permanente (que esse era, em Lisboa, o Paço da Ribeira), casa, ou casas, com sua quinta que fôra dos Assis Mascarenhas, Condes de Óbidos, chamada do «Conde Meirinho Mor» (cargo que andava na família daqueles titulares), e logo que D. João V a comprou — já depois de haver adquirido (1729) as quintas e casas dos Condes das Aveiras e da Calheta —, crismada em quinta «de Sua Magestade» ou «Quinta de Cima» por opposição às aludidas, situadas mais abaixo. O seu local era onde está instalada presentemente uma companhia da G. N. R., existindo ainda numas dependências do quartel quatro tetos apainelados, e pintados decorativamente, dois dêles em relativo estado de conservação, e que atestam a residência nobre e real. D. José assistia, por vezes, nesta casa nobre, a que chamariam, mesmo impròpriamente, paço. Na noite que precedeu o Terremoto o Rei e sua família dormiram no Paço de Belém, que pouco dano, aliás, sofreu; recolheu-se o Soberano, como foi possível, em casa abarracada adrede improvisada, e mandou construir, a Norte da Quinta que fôra do citado Conde de Óbidos, um paço real, de relativas grandes proporções, em madeira. D. José e sua família apressaram-se a habitá-lo, e o Soberano nêle morreu em 1777; era o «Paço Novo», em opposição a «Paço Velho», que assim passou a ser conhecido a Casa Nobre que D. João V comprara, e de cuja quinta derivou o Jardim Botânico da Ajuda, mandado plantar pelo Marquês de Pombal. Em 10 de Novembro de 1794 — reinava D. Maria I — o Paço Novo ardeu quâsi totalmente, e logo pensou a Rainha em fazer edificar outro paço no mesmo Alto da Ajuda, não precisamente ocupando a área daquele que o fogo destruíra, edificio desta vez de cantaria, imponente, a assinalar uma época que já se distinguia na obra monumental que era a Basilica da Estrêla. Apresentaram projectos os architectos José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri, sendo de começo preferido o plano de Costa e Silva, para pouco depois se adoptar o do italiano. A primeira pedra, correspondendo ao inicio formal da obra, foi lançada em 1802 pelo príncipe regente D. João, mas os trabalhos preliminares, como estudos de officina, terra-pletos, desentulhos, começaram ainda

no final do século, posto que não logo em 1794, como parece depreender-se de certa «Notícia acérca das águas que abastecem os almoxarifados...», pois não é crível que em escassos cinqüenta dias — 10 de Novembro a 31 de Dezembro — fôsse possível assentar idéias e traçar planos para tão larga obra. Certo é que por decreto de 21 de Janeiro de 1802 o Príncipe Regente, D. João, resolvia «mandar continuar» a reedificação do palácio que «por justos motivos mandara suspender». Manuel Caetano de Sousa, na sua qualidade de architecto de Obras Públicas e Reais, e porque assim o requereu, foi encarregado de executar o plano Fabri que teve entre mãos mesmo antes de as obras começarem formalmente, tendo nêle feito algumas alterações, que desagradaram à Inspeção das Obras Públicas; morreu, diz-se que desgostoso por isso. Ainda no ano de 1802 foram nomeados directores da obra real José da Costa e Silva e Francisco Fabri, os autores dos projectos, mas a saída da familia real para o Brasil, em 1807, e a morte de Fabri neste mesmo ano, obrigaram a paralisar as obras, tanto mais que Costa e Silva foi chamado para a corte do Rio de Janeiro (1812) e ali morreu (1816). O architecto António Francisco Rosa, que colaborava já com Costa e Silva, foi nomeado director das obras logo depois da morte de Fabri; quando os trabalhos recommençaram (1813) António Rosa dedicou-se à obra com grande actividade, sendo nomeado sub-inspector em 1821, cargo que exerceu até à morte (1829), sendo então nomeado para a sub-inspecção o brigadeiro Francisco António Raposo.

Em 1802 foram nomeados «primeiros pintores» da real obra da Ajuda Domingos António Sequeira e Francisco Vieira Portuense, artistas ilustres, mas cuja passagem pela Ajuda não se assinalou, o primeiro pela pouca atenção dispensada ao palácio e à aula de belas artes que nela começara a funcionar, só sendo, porém, demitido em 1807, e o segundo por doença (morreu em 1805); também foram nomeados pintores da obra «nacional e real» Joaquim Gregório da Silva (1802), João da Cunha Taborda, Bartolomeu Foschini e João António Calisto (1803), e Manuel Piolti e Volkmar Cirilo Machado (1814), os quais todos bem cumpriram; outros pintores, porém, mais modestos ou já mestres, trabalharam nas obras interiores e decorativas, em vários períodos: Joaquim Rafael da Costa, também «primeiro pintor» (1825), Felisberto António Botelho, António Inácio Vieira, Anacleto Narciso, Norberto José Ribeiro, Máximo Paulino dos Reis, Manuel da Costa, André Monteiro, Bernardo Góis. Como esculptores assinalaram-se J. Machado de Castro, superintendente, João José de Aguiar, Joaquim José de Barros Laborão, Faustino José Rodrigues e J. G. Viegas, auxiliar de Aguiar.

Em 1826 o Paço Novo era já habitável na ala do Nascente e em parte da ala contigua pelo lado Sul; morto em 1826 D. João VI logo nesse ano foram residir para o novo Paço Real da Ajuda a Infanta Regente D. Isabel Maria, suas irmãs D. Maria da Assunção e D. Maria Francisca Benedicta, e, em 1828, o Infante D. Miguel. Até 1833 as obras foram prosseguindo, mas estava já posta de parte a idéia da realização do plano integral. Em 1833, com a entrada das tropas liberais em Lisboa e com a consequente mudança de regime, as obras paralisaram — e definitivamente em Setembro —, continuando apenas até 1844 os restauros de pintura e os acabamentos inevitáveis. Os últimos habitantes do Palácio naquela época foram a princesa Maria Francisca de Assis de Bragança e seu marido D. Carlos Maria de Bourbon, Infante de Espanha, que eventualmente, e desde havia poucas semanas, ocupavam o Palácio no dia 24 de Agosto de 1833.

Até ao casamento de D. Luís, em 1862, o Palácio esteve abandonado, deserto de habitantes ou de artistas, recebendo, porém, no ano anterior obras de restauro e certas modificações interiores.

Os projectos Fabri e Costa e Silva, divergentes quanto a pormenores, alterados depois em conjunto, previam uma grande mole de pedra, rectangular em planta, ao gosto architectónico de Itália, paço frio mas elegante, com quatro fachadas, sendo a principal servida por larga escadaria, voltada a Sul; tinha quatro torreões, sem cúpulas, nos ângulos extremos, e interiormente dois pátios, separados por um jardim circular. Ocuparia desta sorte uma área muito mais extensa do que a actual, para Poente. Apenas se logrou a construção do corpo do lado Nascente, com sua fachada nobre rematada por dois torreões, e com as alas correspondentes, na direcção Nascente-Poente, e essas mesmo incompletas, assim como o único pátio que se fez, e não foi rematado.

O Palácio da Ajuda está ligado à história política do século passado; nêle se celebraram importantes actos e solenidades, tal a entrega da regência do reino pela Infanta D. Isabel Maria a

seu irmão D. Miguel, a reunião dos Três Estados que proclamaram rei o mesmo Infante (1828), e aclamação de D. Pedro V (1855) e o seu casamento (1858). Foi residência permanente de D. Luis e de D. Maria Pia, e assim do Infante D. Afonso, que, com sua mãe, ocupava o Palácio em 3 de Outubro de 1910; várias personalidades de sangue real residiram eventualmente na Ajuda, nomeadamente o Infante R. Carlos, irmão de Fernando VII de Espanha (1833); quando o Rei Alberto da Bélgica, a Rainha Elizabeth, e seu filho, Príncipe de Brabante, depois Rei Leopoldo III, estiveram em Lisboa em 1920, foram-lhe destinados aposentos neste Palácio, que ocuparam durante algumas horas mas nos quais não chegaram a dormir.

O Palácio da Ajuda foi, desde 1910, incorporado nos bens da Nação, e constitui um museu de arte, não aberto ao público. No pavimento térreo, à direita do átrio, está instalada a rica Biblioteca da Ajuda, que ocupa quatro salas, e da qual foi director Alexandre Herculano, quando essa biblioteca ocupava um casarão que lhe serviu de sede, e que se situava perto do «Paço Velho».

INVENTÁRIO

No Palácio da Ajuda, que ocupa uma área de 14.430^m², deve assinalar-se designadamente o

Exterior

No **EXTERIOR**, de grandes volumes arquitectónicos e frios, anota-se:

A **Fachada Nascente**, tornada principal, com grandeza, e nela:

O *corpo central* (como todo o exterior, em pedra lioz), constituído por três pórticos de ingresso ao grande vestíbulo, abertos entre seis colunas de ordem clássica, assentando sobre o tríptico pórtico a *varanda nobre*, à frente de *três janelões* rematados em arco, entre colunas, como as dos pórticos, num conjunto sobrepujado de frontão, decorado com composição escultórica composta por duas figuras que ladeiam as armas reais de D. Maria I;

O *vestíbulo*, nascendo do tríptico pórtico principal, além dos arcos, o qual se desdobra em dois corpos circulares, ou *átrios*, com abóbadas redondas rematadas por grande florão, apoiada cada abóbada por oito colunas; os dois átrios são ligados por passagens abertas, em arcaria, resul-

tando delas, na conjugação hábil dos elementos arquitectónicos, uma interessante



perspectiva, de fundos rasgados a Nascente e a Poente;

Os corpos laterais, com três ordens de oito janelas em cada corpo, correspondendo a três pavimentos;

Os dois torreões quadrangulares de remate daqueles corpos, com quatro ordens de três janelas, rematados por doze troféus.

No Vestíbulo notam-se:

Vinte e três estátuas, de pedra, decorativas ao gosto italiano (escola ainda de Mafra), cada um dentro de seu nicho, havendo alguns poucos nichos vazios; estão quasi tôdas assinadas e datadas, desde 1818 a 1830:

Gratidão, Generosidade e Conselho, estas à boca do vestíbulo, atribuídas a Machado de Castro, cuja rubrica se não vê, mas seguramente de seu modelo, embora de execução de seus ajudantes (Francisco Leal, José Joaquim Leitão e Alexandre Gomes); *Lealdade* (1819), *Prudência* (1820), *Anúncio Bom* (1821), *Afabilidade* (1827)

e *Perseverança* (1830), de João José de Aguiar; *Diligência* (1818), *Honestidade* (1818), *Desejo* (1819) e *Decoro* (1820), de J. J. de Barros (Laborão); *Acção Virtuosa* (1821), *Clemência* (1824) e *Imoderação* (1825), de J. J. de Aguiar e J. J. Viegas; *Amor da Virtude, Amor da Pátria e Intrepidês* (sem datas) de Faustino José Rodrigues; *Humanidade* (1821) e *Inocência* (1824), de M. Joaquim de Barros (filho de Barros Laborão); *Liberdade* (1818), de Carlos Amatucci; *Piedade*, sem data nem assinatura.

O pátio, além do vestíbulo, situado entre as duas faces interiores das duas alas Sul e Norte do edificio, com quatro ordens de treze janelas cada uma; no fundo do pátio estão de pé, apenas, os arcos nus de um segundo vestíbulo que não chegou a ser executado.

A Fachada Sul (incompleta) com três ordens de dezanove janelas, e uma série de doze nichos vazios ao nível da rua, abertos na base da fachada que compensa o desnível do terreno.

Interior

O INTERIOR do Palácio é constituído por centenas de salas, saletas, câmaras, dependências, arrecadações, corredores, e antiga capela (esta, construída em 1862, na ala do Nascente com janelas sobre o pátio); o seu recheio de adorno, ou seu depósito, não se pode comportar no «Inventário», até pela circunstância de as espécies de arte (mobiliário, tapeçarias, pintura, escultura, cerâmica, etc.), não serem expostas e situadas permanentemente nas mesmas salas, estando sujeitas às eventualidades de arrumo e a transferência.

Assinalam-se as SALAS principais e as suas características:

PRIMEIRO PAVIMENTO, cujo ingresso se pratica por uma porta à esquerda do primeiro átrio do vestíbulo:

Dois estátuas, a «Justiça» e a «Prudência», da mesma série das estátuas do vestíbulo, colocadas no patim inferior, logo adiante da porta de entrada;

Sala dos Archeiros, com pinturas nas sobreportas e troféus nos ângulos;

Sala do Porteiro da Cana, com pinturas no teto, perspectivas arquitectónicas, e nas sobreportas (Cunha Taborda);

Sala de Espera, ou do Dossel e ainda da Audiência, com um teto de Manuel Piolti e Volkmar Machado (1814), execução de José António e Anacleto Narciso, mais

tarde retocado por Cunha Taborda e Joaquim Gregório, representando em figuração alegórica, com elementos marinhos, o «Regresso de D. João VI do Brasil», e ainda com pinturas a «gouache», em oito medalhões oblongos, e a óleo em quatro sobreportas, do mesmo Volkmar, com colaboração nos ornatos de André Monteiro e Joaquim Gregório; nesta sala se encontram sete tapeçarias (manufacturas de Madrid), executadas sobre cartões de Góia, dando cenas campestres, e ainda mais três, também espanholas;

Sala de D. Sebastião ou dos Cães, com teto de André Monteiro e sobreportas de Cunha Taborda, representando «Mercúrio e Vulcano» e «Ciência e Paz»; adornam as paredes três panos de Bruxelas, representando «Cenas de Aquilões» (já não se encontra nesta sala a escultura «D. Sebastião», de Simões de Almeida, que justificava um dos nomes da Sala, mas vêem-se ainda os cães de bronze, do escultor Fremiet).

Sala do Despacho, ou do **Beija-mão**, com teto de Volkmar Machado, numa alegoria à «Felicidade Pública», e sobreportas do pincel de Taborda, a «Justiça» e a «Mentira»; nesta sala se expõem seis tapeçarias de Aubusson, representando passos da «História de Alexandre»;

Sala de Música, com teto a claro escuro de Felisberto António Botelho; nesta sala se encontra um retrato de D. João VI, de Nicola della Rive, que oferece a particularidade olisiponense de representar, em fundo, uma vista do Arco das Águas Livres;

Saleta Castanha, antigo aposento de D. Luís; nesta câmara se vê um quadro de

Marius Eraud, que representa uma vista do Tejo com a Torre de Belém;

Sala Azul, com teto de estuque dourados; nesta sala se encontra duas esculturas italianas, em mármore, representando os irmãos D. Carlos e D. Afonso, em meninos;

Sala de Mármore, ou «Jardim de Inverno», presentemente desguarnecida de plantas, e na qual se encontram cinco bustos de faianças do Rato.

(Além destas salas, outras saletas e ante-câmaras ocupam o primeiro pavimento, entre elas a *Salinha de Saxe*, com boa coleção de porcelanas, e a *Saleta de Carvalho*, com boas madeiras no teto e paredes).

SEGUNDO PAVIMENTO, para o qual se ascende por uma escadaria, com teto de pinturas alegóricas de Norberto Ribeiro:

Sala Oriental, guarnecida de mobílias da China e Japão;

Sala de D. Fernando (antigo *atelier* dêste rei), reconstrução do segundo quartel do século passado, com teto de caixotões de carvalho, silhares de boa madeira, e mobiliário de estilo holandês e alemão;

Sala Império, cujas paredes estão revestidas de três Aubussons, da série de «História de Alexandre»;

Sala dos Gobellins, com belas tapeçarias de cartões de Audran (1782) representando costumes turcos;

Sala do Corpo Diplomático, na qual se encontram os reposteiros do século XVII, de veludo pesado, que pertenceram aos Távoras, cujas armas estão sobrepostas pelas da Casa de Bragança (e não as reais);

Sala de D. João VI, na qual se vê um retrato dêste soberanô por Delure, com uma perspectiva no fundo da pintura que pode corresponder à do Paço da Ajuda, segundo o risco inicial;

Sala da Aclamação, ou da Tocha, com um fresco de Cunha Taborda relativo à aclamação de D. João IV;

Sala do Trono, de alto pé-direito, situada no torreão do ângulo Sul-Nascente, com um teto, pintado em alegorias, de Máximo dos Reis;

Sala dos Embaixadores, em forma elíptica, revestida tôda de placas de mármore, circundada de pilastras também de mármore rematadas por capitéis de ordem compósita e com pinturas em dez medalhões de sobreportas.

Sala de Jantar, reconstruída no tempo da Rainha D. Maria Pia, com trabalhos de Leandro Braga.

[Junto ao Palácio, a Nascente, eleva-se a *Tôrre da Ajuda*, que relação alguma tem com o antigo Paço, e a seu tempo será descrita].



PALÁCIO DA AJUDA



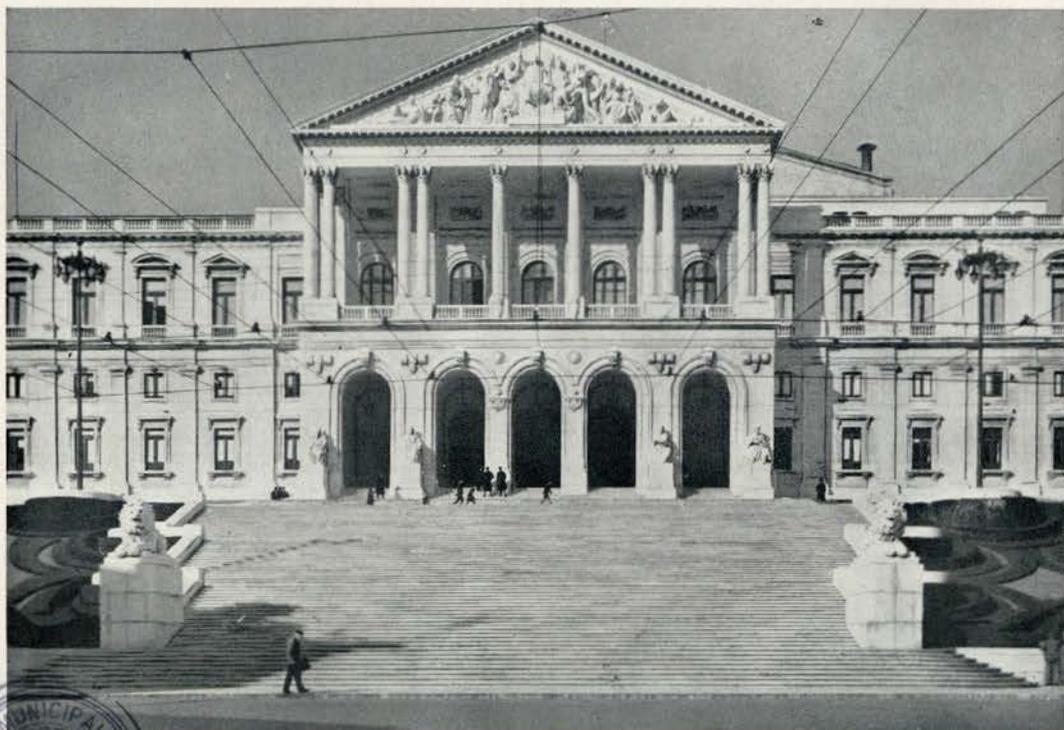
Fachada do lado Nascente



Aspecto do grande átrio



PALÁCIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL



Escadaria e corpo central



Fachada principal (Nascente)



PALÁCIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

Século XIX

Primitiva fundação conventual 1596
Reedificações e transformações radicais . . 1834—1866—1895 a 1942

[Freguesia das Mercês]

Breve notícia histórica

O Palácio da Assembléa Nacional, em rigor, deve ser considerado uma edificação do século XIX. O que nesta mole enorme, de cantaria, sujeita a um traçado architectónico eloquente e regularíssimo, resta da primitiva construção conventual é tão pouco, e está de tal modo integrado e assimilado no risco novo, que o monumento, mais que uma reedificação, constitue uma construção definida, marcando em Lisboa um espécime architectónico independente, representativo da arte contemporânea.

Existiu aqui um Convento com uma Igreja, vasto casarão de fábrika monástica e religiosa, cabeça da Ordem de S. Bento de Tibães, começado a erguer em 1596, habitado já em 1598, concluído em 1615, e erguido sob o risco do architecto Baltasar Alvares, auxiliado por freire mestre Pedro Quaresma, depois architecto da obra. Porque os terrenos adquiridos pelos beneditinos a Antão Martinez constituíam a Quinta «da Saúde» (assim chamada pela circunstância de nela, em 1559-1560, por ocasião da peste grande, se haver instalado um hospital ou sanatório), o Convento foi chamado também de S. Bento «da Saúde», designação que ainda subsistia no meado do século passado, ou ainda de S. Bento «dos Negros», pois os frades eram cognominados «negros» por suas vestes, em opposição aos hábitos brancos de outros beneditinos. A área do Convento e Igreja, excluída a sua enorme cerca, equivalia à actualmente occupada pelo Palácio da Assembléa, antes Palácio do Congresso, e, desde o começo da sua função legislativa até 1911, Palácio das Côrtes.

Em 4 de Setembro de 1833, D. Pedro, Duque de Bragança, regente do reino em nome da Rainha D. Maria II, ordenava que as duas Câmaras (Pares e Deputados) funcionassem em S. Bento, visto o edificio de S. Vicente, escolhido para tal sete dias antes, ser reconhecido como acanhado para tal função. Havia que executar obras sumárias de adaptação, e para tal se fêz concurso, ganho (Março de 1834) pelo architecto Possidónio da Silva; o pequeno prazo que as obras levaram a realizar indica quanto eram rudimentares as transformações: a 15 de Agosto de 1834 já reuniam em S. Bento (que assim ainda se podia chamar) as Côrtes da Nação, funcionando a Câmara dos Dignos Pares na Sala que fôra do Capitulo, e a dos Deputados numa outra sala construída propositadamente, com carácter provisório, mas que perdurou até ao seu incêndio (providencial lhe chamaram) de 17 de Junho de 1895, incêndio que destruiu também uma parte apreciável do velho casarão, e veio a provocar a sua reedificação.

Com o funcionamento das Câmaras, e de seus serviços, em antigas dependências e em pobres celas, as obras não pararam, arrastando-se, contudo, sem plano definido nem presteza; só depois de 1863 o Marquês de Niza, par do reino, delegado para a gerência das obras, ou seu inspector, logrou imprimir aos trabalhos uma certa actividade, construindo-se então na parte do edificio sobre a Calçada da Estrela a nova Câmara dos Pares, inaugurada em 8 de Janeiro de 1867, sala que foi em 1912 a do Senado e é actualmente a da Câmara Corporativa. (Os deputados, depois do incêndio da sua sala, reuniam-se temporariamente no edificio da Academia Real das Ciências, a Jesus).

Foi no ano do incêndio (1895) que se decidiu reedificar o edificio, sob um plano definido e largo, embora oneroso. O architecto Ventura Terra, que estava em Paris, veio a Lisboa, apresentou o seu plano em concurso, que ganhou; o velho edificio de S. Bento ao cabo de três séculos ia perder enfim a sua teimosa feição conventual. O projecto de Ventura Terra foi seguido nas suas linhas gerais, quer durante um periodo de trinta anos de lentidão de trabalhos, quer a partir de 1933, ano em que (Junho) foi nomeada uma delegação da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais (extinta em Abril de 1942) para superintender nas obras, e estas adquiriram, de facto, um restauo mais apressado. O architecto Adolfo António Marques da Silva, que foi colaborador de Ventura Terra e depois seu successor na direcção das obras, e os architectos que nos últimos nove anos se lhes seguiram, ou colaboraram, na orientação dos trabalhos, pode dizer-se que — à parte alterações de pormenor, embelezamentos eventuais no corpo central, e supressão de algumas construções subsidiárias, já reconhecidas desnecessárias por Ventura Terra — mantiveram o plano do primeiro architecto. A Marques da Silva, como architecto chefe, sucedeu António Lino no último periodo das obras, mas alguns outros artistas da arquitectura passaram pelo velho edificio de S. Bento, nomeadamente António Couto, no começo da colaboração de Ventura Terra com Marques da Silva, além de valiosos cooperadores, e por vezes responsáveis, tais como Leonel Gaia, Carlos e Guilherme de Andrade, Jorge Segurado, Frederico de Carvalho, Eugénio Correia, Raúl Lino e Luis Cristino da Silva. Foi director delegado, desde 1933, o engenheiro Teófilo Leal Faria, cuja acção fica ligada à conclusão das obras deste monumento e palácio nacional, «o mais importante, o mais grandioso, o mais belo de todos os recintos portugueses edificados durante o periodo dos últimos cem anos» (Ramalho Ortigão).

A despeito de haver falecido muito antes da conclusão das obras, Ventura Terra pode ser considerado o architecto deste Palácio, no qual o artista (Ventura Terra) «jogou com grandes massas, com a maior facilidade e certeza», dando «uma grande e expressiva clareza a este edificio, que é vasado na maior pureza de linhas, mas em que não há sujeição a canons nem a convencionalismos servis» (José de Figueiredo).

INVENTÁRIO

Síntese

No Palácio da Assembléa Nacional, que ocupa uma área de 15.040^m², incluindo a área descoberta, há a considerar designadamente.

A **Fachada principal**, e nesta o *corpo central*, a varanda, o remate de frontão, as quatro estátuas que adornam os arcos de ingresso;

A **Fachada posterior**, com seu *corpo central* e varanda;

O **Átrio**, com dupla ordem de arca-rias assentes, em parte, em pilastras primitivas;

O **Claustro**, conventual, quadrangular, com galeria superior, também de fundo conventual, reconstruído;

O **Vestíbulo**, corredor extenso, com perfil arquitectónico do fim do século XIX;

A **Escadaria de Honra**, que abre à esquerda do vestíbulo ou corredor, com seus três lanços desdobrados, e, nela, as portas dos ângulos e sobreportas escultóricas, e os *dois triplics* de pintura;

Os **Passos Perdidos**, no andar superior, e, neste corredor, os *painéis* de Columbano representando estadistas e homens de leis, as decorações do teto e das paredes;

A **Câmara dos Deputados**, e nesta o *painel* da parede, ao alto, sobre a presidência, representando as Constituintes de 1920, o *teto* com pinturas alegóricas, o friso de brasões, seis estátuas sobre plintos, os grupos escultóricos sobre o fundo de presidência e das tribunas laterais;

A **Câmara Corporativa**, e nela a arquitectura geral, a *colunata* circundante, os

grupos escultóricos de medalhões, a serralharia artística, a composição de talha;

As várias **Salas** das presidências e dos conselhos, com *pinturas* sobre tela e a fresco;

O **Salão Nobre**, em acabamento, cuja varanda é a principal do corpo da fronteira;

A **Biblioteca**, seqüência de quatro salas, reconstruída recentemente;

O **Museu**;

Os **Corredores** que circundam as duas dependências principais, nas duas zonas diferenciadas do Palácio;

Parte do **mobiliário**, adquirido últimamente, com carácter artístico definido;

Os **Jardins**, construídos recentemente.

Desenvolvimento

O Palácio da Assembléa Nacional — contido entre a Calçada da Estrêla (fachada Sul), Ruas Correia Garção e de S. Bento (fachada principal a Poente), Largo de S. Bento (fachada Norte), e o parque do palacete da Presidência do Conselho, que tem por fundo a Rua da Imprensa (fachada ocidental) — avulta como o mais imponente edificio civil de toda a Cidade, só tendo por émulo o Palácio Nacional da Ajuda, êste mais vasto mas incompleto. É retangular em planta, com um corpo mais extenso em profundidade, o correspondente à ala Norte; as suas quatro faces mostram 240 janelas e ainda 53 frestas duplas distribuídas por três pavimentos, além da cave na ala Norte, o que tudo só por si diz da grandeza do monumento.

Na cave, rés-do-chão e sobre-loja (ou primeiro andar) da ala Norte, sobre o Largo de S. Bento, está instalado desde 1757 o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o manancial mais rico da história de Portugal, através das suas fontes mais remotas, e que esteve no Castelo de S. Jorge até ao Terramoto de 1755, do qual escapou quasi intacto; as instalações dêste Arquivo precioso beneficiaram evidentemente das obras dos séculos XIX e XX.

Sumariamente podem ser destacados neste monumento os elementos e dependências dos quais se compõe o

Exterior

Anota-se:

Escadaria de acesso, construída em 1937-1938 (projecto de Luís Cristino), independente do edifício, e que nasce na zona de protecção vindo a terminar no eirado fronteiro ao Palácio; lateralmente embeleza-se por talhões de ajardinamento, e no começo da escadaria, sobre pedestais, foram colocados, em Maio de 1942, *dois leões, escultura* em pedra de Raúl Xavier.

A **Fachada principal**, e nela, designadamente:

O *Corpo Central* (projecto Marques da Silva, realização em 1936-1938), avançado e rasgado, com uma arcaria constituída por cinco grandes arcos de volta perfeita apoiada em seis pilastras;

Quatro estátuas, ornamentais, assentes (1941) sobre pedestais, ao nível do pavimento acima de uma curta escadaria, junto à base das pilastras extremas da composição; representam a «Prudência» (Raúl Xavier), a «Justiça» (Maximiano Alves), a «Fôrça» (Costa Mota, sobrinho), a «Temperança» (Barata Feio);

A *Varanda*, saliente, com balaustrada, robustecida por colunata, de seis apoios, dos quais os quatro laterais são geminados;

O *Frontão*, triangular, em pirâmide abatida, remate da colunata da varanda, e, nele, uma grande alegoria arquitectónica, obra de Simões de Almeida, sobrinho, realizada em «maquette» em 1923, e colocada, já lavrada em cantaria, em 1937.

(A reconstrução da ala Sul da fachada, segundo uma lápide embebida na parede oriental, junto ao cunhal do ângulo Sul-

-Nascente, é de A. A. Marques da Silva, 1917-1921).

A **Fachada Posterior** (Ventura Terra), e nela:

Um curto *Corpo Central*, constituído por um *átrio saliente*, rasgado sob um arco de volta perfeita, tendo ao fundo o portão central dos cinco abertos na fachada;

Um *Terraço superior* ao átrio, ao fundo do qual, dando relêvo arquitectónico a êste corpo central, avulta um *arco* apoiado sobre duplas colunas, formando uma pequena *varanda* ao fundo da qual se rasga uma janela, também emoldurada de arco.

O *Jardim* em estilo da Renascença, em frente da Fachada Posterior, entre a faixa de trânsito e o parque do palacete da Presidência do Concelho (projecto Luís Cristino da Silva, e execução Moreira da Silva, 1939-1940), no qual há a assinalar:

A *escadaria*, de lanços desdobrados, que conduz ao Parque;

Duas esculturas, representando *esfinges* (Leopoldo de Almeida) colocadas ao cimo da escadaria, ladeando a passagem para o Parque;

Dois *talhões ajardinados*, e nêles uma estátua de um guerreiro e outra representando a «Justiça», meramente ornamentais;

Os fundos laterais do muro de apoio do Parque, com uma ordem de *sete nichos* arquitectónicos decorativos de cada lado.

(Quando se constuiu o trço de pavimento, faixa de trânsito que separa a fachada posterior do jardim, foi entulhada uma cripta, casa ou capela tumular dos Côrtes Reais, e que havia sido revelada em 1937; as pedras brazonadas dessa cripta estão arrumadas no Claustro).

Um muro com *balaustres*, de vedação e suporte de um pequeno terreno ajardinado em declive, sob o referido Parque (antigo Parque Sotto-Mayor) foi construído em 1939; nasce do extremo noroeste do edificio no Largo de S. Bento (fachada Norte), e

prolonga-se em linha recta por trinta metros, rematando numa construção arquitectónica constituída por um pequeno terraço, aberto por um arco para o Largo, e por três arcos para o recanto inferior daquele muro de apoio (Luís Cristino).

Interior

No Interior do Palácio da Assembléa Nacional anotam-se designadamente:

O **Átrio** do Palácio constituído por três corpos distintos mas ligados, correspondendo a outros tantos tramos abobadados. Assinala-se:

Os *cinco arcos de entrada* do novo corpo central, ao alto da escadaria, que constituem a abertura rasgada do átrio;

Os *cinco arcos interiores*, apoiados em fortes pilastras, que correspondem ao átrio conventual, e que havendo constituído portais, guarnecidos de altas portas de ferro (retiradas em 1937) dão hoje a abertura do segundo e mais espaçoso corpo do átrio, no qual, à esquerda, se rasga a porta da casa da guarda e, à direita, a porta que dá ingresso ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

Os *três arcos* que conduzem ao fundo do átrio, nas proporções e traça dos anteriores; neste corpo, mais estreito, abre-se uma porta de cada lado, a da esquerda conduzindo ao Claustro;

O *portal principal* (Ventura Terra) que, ao fundo, liga o átrio ao vestíbulo.

O **Claustro**, de traça conventual, reconstruído, e que se situa à esquerda do átrio. Assinala-se nêle:

Os *três arcos* apoiados em três pilastras em cada uma das faces desta quadra regular ;

A *galeria superior* (1868, do período de obras dirigidas pelo Marquês de Niza), com cinco janelas por lado, guarnecidas de balaústres.



O grande **Vestíbulo**, construído por projecto de Ventura Terra sôbre parte do chão da igreja conventual; nota-se:

Cinco arcos, cegos, na parede do lado direito, dando fundo cada um a um plinto ou pedestal que foi destinado a suportar os bustos de figuras representativas do constitucionalismo;

A *estátua de José Estêvão Coelho de Magalhães* (obra de Vítor Bastos), inaugurada em 1876 no largo fronteiro ao Palácio, retirada em 1936 dêsse lugar para o jardim posterior do edifício, e colocada em 1938 neste vestíbulo.

Os *três arcos do fundo*, que abrem para um segundo pequeno vestíbulo ou corredor transversal;

A *Escadaria de Honra, ou Nobre*, à esquerda do vestíbulo, na qual o acesso se faz por cinco arcos; é a mais destacada construção architectónica do Palácio (António Lino, 1936), e já fazia parte do projecto primitivo, de 1895. Assinala-se nela:

A *escadaria* de balaustres nas guardas, ascendendo ao piso da galeria por três lanços desdobrados;

A *galeria*, com quatro alas, de faces iguais, com candelabros e vasos de pedra nos ângulos de balaustrada;

As *oito portas*, duas em cada vértice de ângulo da galeria, sobrepujadas de belas composições escultóricas (Leopoldo de Almeida, 1937).

Dois *trípticos*, que ocupam cada um os três vãos das faces da galeria (Martins Barata 1941-1944), inaugurados em 4 de Abril de 1944, e que representam: um, as *Côrtes de Leiria*, convocadas por D. Afonso III (século XIII), com a figura do rei, cercado de dignatários e procuradores dos concelhos, no painel do centro, o clero, bispos, mestres das ordens no painel à esquerda, e a nobreza, desde os ricos-homens aos infanções, no painel da direita; outro, *As corporações* (século XV), figurando-se, no painel central, os mestrisais e letrados, no painel da esquerda a agricultura, e no painel da direita o comércio, os mercadores, e as naus de quatrocentos.

Os *Passos Perdidos*, galeria ou corredor nobre que se sobrepõe, em planta, ao ves-

tíbulo inferior, tôda revestida de bons mármore e decorações; assinala-se nela:

Seis painéis (Columbano, 1920-1926), colocados (Novembro de 1926), três em cada parede lateral, representando estadistas e homens de leis dos vários séculos da nacionalidade.

No primeiro painel, representam-se D. Dinis, D. João II e João das Regras; no segundo, Febo Moniz, João Pinto Ribeiro, padre António Vieira e o Conde da Ericeira; no terceiro, D. Luís da Cunha, José Seabra da Silva, Conde de Castelo Melhor e Marquês de Pombal; no quarto os homens de 1820, Fernandes Tomás, Borges Carneiro e Joaquim António de Aguiar; no quinto, Duque de Saldanha, Conde (depois Duque) de Palmela e Silva Carvalho; no sexto Passos Manuel, Herculano, Garrett e José Estêvão.

As *decorações* dos tetos e dos ângulos (João Vaz e Benvindo Ceia);

Quatro esculturas, leões, de gesso (José Neto), junto às ombreiras.

A *Câmara dos Deputados*, sala em hemicíclo, inaugurada em 3 de Janeiro de 1902, então ainda sem decorações. Nela há a notar:

O *grande painel* (Velooso Salgado) da parede do fundo alto sôbre a presidência, representando a reunião das Côrtes Constituintes, em 24 de Janeiro de 1821 na livraria do Convento das Necessidades; retrata *cinquenta dos vintistas*, sob a presidência de D. Frei Vicente da Soledade, arcebispo da Baía, vendo-se em lugar de destaque Manuel Fernandes Tomás falando à assembléia;

Três alegorias, nos sectores da abóbada em redor da vidraça iluminante (pintura de Alves Cardoso), constituindo um hino à paz na Pátria atravez do trabalho;

Três grupos escultóricos, sendo o do centro, sôbre a presidência, e o da tribuna do lado esquerdo, de Teixeira Lopes, e o da tribuna do lado direito, de Moreira Rato.

PALÁCIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL



ESCADARIA DE HONRA



A *estátua da República*, no fundo, atrás da presidência (Anjos Teixeira).

Seis *estátuas*, de gesso, no hemicíclo e a meia altura, sôbre pedestais, representando a «Constituição» (Simões de Almeida, sobrinho); a «Diplomacia» (Maximiano Alves), a «Lei» (Francisco Santos), a «Justiça» (Costa Mota, sobrinho), e «Jurisprudência» (Costa Mota, tio), a «Eloquência» (Júlio Vaz Júnior).

Um *friso de braços* dos vários distritos do país, envolvendo o arco do painel das Constituintes de 1820, pintura polícroma, sôbre estuque em relêvo (Benvindo Ceia).

(A *estátua* de D. Carlos, obra de Teixeira Lopes, que até 1910 se mostrava no fundo da presidência, está presentemente no Museu).

A *Câmara Corporativa*, antiga Sala da *Câmara dos Pares* (inaugurada em 3 de Setembro de 1867), que foi do Senado da República, e desde 1929 da Câmara Corporativa, situada na ala Sul do Palácio; é mais austera e mais bela do que a da Câmara dos Deputados. Assinala-se nela:

As *pinturas*, de Pedro Bordes;

A *colunata* circundante, de vinte e sete colunas de mármore, no intervalo das quais se situam as galerias, em duas ordens;

A *escultura em madeira*, (cartões de Anatole Calmels, goivas de Vítor Bastos), que emoldura a alegria, ao comércio e à indústria, no fundo da presidência;

Os *grupos escultóricos* das sobreportas, figuras rodeando medalhões (Calmels);

A *grade de bronze* que circunda as galerias, obra de serralheria de arte portuguesa;

O *painel* do fundo da presidência representando «A Pátria» (Carlos Reis, 1935), colocado em 1936;

O *busto da República*, sôbre o mesmo fundo (Costa Mota);

Os *bustos* de D. Pedro de Sousa Hols-tein, Duque de Palmela, de D. Guilherme de Carvalho, cardeal patriarca, dos Duques de Saldanha, da Terceira e de Ávila, e de António Maria Fontes Pereira de Melo, de mármore, esculturas de diversas épocas do final do século passado, as mais modernas de Manuel Maria Bordalo Pinheiro e de Simões de Almeida, tio.

De entre as várias *Salas* do Palácio do Congresso — e algumas têm sido nos últimos anos objecto de revisão quanto à sua decoração artística, mural e de mobiliário — anotam-se:

O *Salão Nobre*, arquitectura de Pardal Monteiro, que se destina a ser decorado com sete «frescos» de concepção de Sousa Lopes e passados por Domingos Rebelo e Costa Rebocho: o Infante D. Henrique faz a entrega dos planos das descobertas ao capitão da Armada; Tomada de Ceuta; Diogo Cão na foz do Zaire; Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas; Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil; Afonso de Albuquerque conquista Malaca; Vasco da Gama recebido pelos emissários do Samorim.

A *Sala das Conferências*, onde presentemente se encontram, entre outros, um retrato de Barjona de Freitas, por Columbano, um de A. Teles Vasconcelos Pimentel, por Malhoa, e um de Luís Bivar, por C. Reis.

Sala do Presidente da Assembléia Nacional — projecto de Lino António, pintura alegórica de António Lino, em fresco a tóda a largura do friso (navegações, epopeia militar, trabalho, indústria, justiça, fainas do mar e do campo);

Sala do Presidente da República — com pinturas em tela de Acácio Lino (Pôrto), representando «A batalha de S. Mamede», (1922), a «Restauração de Portugal» (1923),

«Pombal estudando a reedificação de Lisboa» (1924) e uma alegoria às artes, ciências e letras (1925);

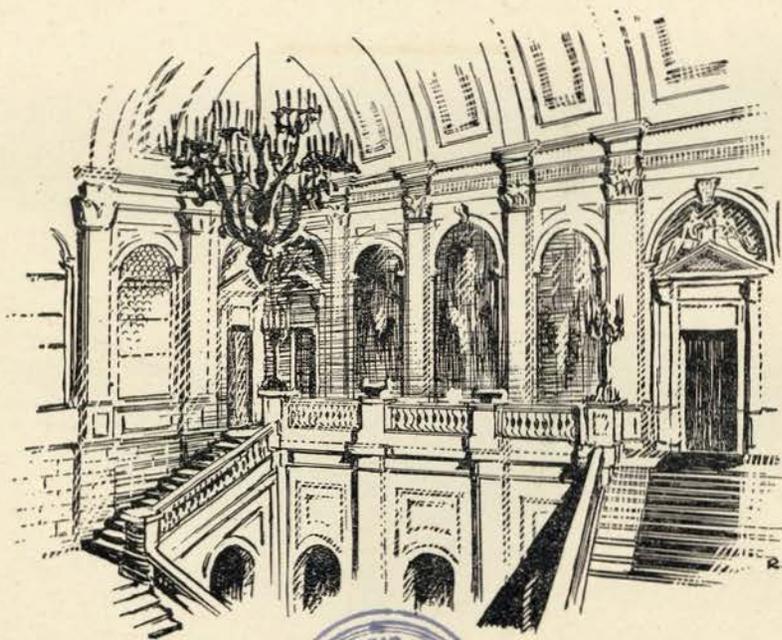
Sala da Presidência do Conselho — arquitectura de Carlos e Guilherme de Andrade e pintura a fresco de Sousa Lopes, representando alegorias ao trabalho da terra e do mar;

Sala da Presidência da Câmara Corporativa — alegorias em pintura ao trabalho e às ciências, de António Soares.

A **Biblioteca**, constituída por várias salas recentemente construídas, sóbrias e elegantes, ocupando grande parte da ala Norte do edifício (esta Biblioteca, formada com fundo da «Livraria do Palácio das Côrtes»,

foi criada por Fernandes Tomás em Outubro de 1836, reorganizada e valorizada por Joaquim Leitão e inaugurada, no seu novo aspecto, em Outubro de 1936); assinalam-se: a *sala de leitura*, e mais três *salas*, das quais a última é a maior; numa delas um busto, em bronze, do Dr. Oliveira Salazar (Francisco Franco, 1936).

O **Museu histórico-bibliográfico** da Assembléia Nacional, inaugurado em Maio de 1945, ocupando uma parte, contígua à Biblioteca, do andar superior da ala Norte do Palácio, e contendo (organização de Joaquim Leitão) apreciáveis espécies de pintura, escultura, desenho, gravura, e manuscritos, impressos, mobiliário, etc..



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.



PREÇO
1 2 \$ 5 0

0316385



INVENTARIO DE LISBOA

D

07